



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA ACADÊMICA
PROFESSOR: CARLOS ANTÔNIO DIAS CHAGAS**

**GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL**

**ROBSON REIS MENDES
MATRICULA N° 2017506/0**

Brasília/DF, junho de 2006

ROBSON REIS MENDES

**GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do Curso de Bacharelado
em Ciências Contábeis do Centro
Universitário de Brasília- uniCEUB.
Orientador: Professor Carlos Antônio Dias
Chagas

**Brasília
2006**

ROBSON REIS MENDES

**GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL**

Monografia apresentada para obtenção
do título de Graduação em Ciências
Contábeis pelo Centro Universitário de
Brasília - uniCEUB.

Orientador: Prof. Antonio Dias Carlos
Chagas.

Brasília, 02 de junho de 2006.

Banca Examinadora

Prof. Carlos Antônio Dias Chagas
Orientador

Prof.
Examinador: João Amaral de Medeiros

Prof.
Examinador: Rogério Ramos Marques

Dedico este trabalho a minha Mãe Zilma Maria Brandão Reis Mendes e ao meu Falecido Pai Manoel Ivaldo Ferreira Mendes, que sempre incentivaram a concretização dos meus estudos e a Deus que está sempre presente em nossas vidas, nos guiando a cada passo que damos.

AGRADECIMENTO

Quero manifestar a minha profunda gratidão ao meu senhor Deus em primeiro lugar e a minha namorada que está sempre me ajudando e dando forças nos momentos difíceis, acreditando na minha vitória.

Ao Professor Carlos Chagas, pela orientação e o apoio no desenvolvimento deste trabalho.

E a todos os meus amigos, em especial Ronie Alexandre Diniz, Carlos Alexandre de Andrade, Rangel Reis Mendes e a todos os outros que posso estar esquecendo agora, quero expressar os meus profundos agradecimentos.

RESUMO

Os problemas relacionados ao meio ambiente, como a devastação, poluição entre outros levaram a Organização das Nações Unidas a criar fóruns, conferências para conscientizar as empresas de suas responsabilidades perante a sociedade, buscar desenvolver-se sustentavelmente, criando o chamado desenvolvimento sustentável que vem sendo essencial para a competitividade e sobrevivência das organizações, procurando levar as empresas a operar de maneira responsável suas atividades. O mundo está muito mais consciente e disposto a buscar soluções aos impactos causados ao meio ambiente.

A gestão ambiental é uma demonstração das empresas de que se deve desenvolver de maneira responsável. Utiliza instrumentos de gerenciamento ambiental que é importante dentro da organização, beneficia as empresas na parte econômica e estratégica, para gerenciar os bens naturais de maneira responsável.

Palavras-chave: meio ambiente, desenvolvimento sustentável, impacto ambiental, gestão ambiental empresarial.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
CMMAD	Comissão Mundial das Nações Unidas.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental.
ISO	International Organization for Standardization.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OMN	Organização Meteorológica Mundial.
PNUMA	Programa das Nações Unidas.
PNB	Produto Nacional Bruto.
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental.
SGA	Sistema de Gestão Ambiental.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	INTRODUÇÃO AO MEIO AMBIENTE.....	11
3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	14
	3.1 DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	14
	3.2 A BUSCA POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	17
4	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GESTÃO EMPRESARIAL.....	19
5	MUDANÇAS NO AMBIENTE DOS NEGÓCIOS.....	24
6	GESTÃO AMBIENTAL.....	26
	6.1 GESTÃO AMBIENTAL: UM NOVO PARADIGMA.....	26
7	PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	29
	7.1 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	29
	7.2 POLÍTICA AMBIENTAL.....	32
	7.3 AUDITORIA AMBIENTAL.....	33
	7.4 ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	34
	7.5 NORMAS DO ISO 14000.....	35
8	CONCLUSÃO.....	37
	REFERÊNCIA.....	39

1 INTRODUÇÃO

A gestão ambiental empresarial e o desenvolvimento sustentável no Brasil têm o objetivo geral de analisar a influência do desenvolvimento sustentável na gestão ambiental para um melhor gerenciamento da preservação do meio ambiente e os seus objetivos específicos que são identificar as características essenciais da gestão ambiental, identificar os elementos essenciais do desenvolvimento sustentável, demonstrar as vantagens sociais e empresariais da preservação do meio ambiente e demonstrar a influência do desenvolvimento sustentável na gestão ambiental para tornar a gestão do meio ambiente eficiente.

Assumindo que as reservas naturais não são infinitas, a população e os governantes estão mais atentos com os impactos causados pelas empresas ao meio ambiente. Observando que se deve ter mais cautela e aplicar tecnologia adequada para se consumir os bens naturais sem prejudicar o meio ambiente e a sociedade.

O desenvolvimento sustentável veio para conscientizar que as empresas têm papel social e ambiental extremamente relevante. Esta para satisfazer as necessidades essenciais e limitar os estágios da tecnologia e da organização social que impõe sobre o meio ambiente.

A gestão ambiental é aplicada nas empresas para gerenciar de maneira responsável os bens de consumos naturais, que são muitas vezes consumidos de maneira irregular por elas, preservando a natureza e sendo responsável com a sociedade.

Os bens naturais estão sendo destruídos por irresponsabilidades das empresas que pensam em obter lucro, não observando o mal que estão causando ao meio ambiente e por consequência à sociedade.

A mudança de paradigma por parte das empresas é essencial para a competitividade, porque, visto que o mercado está mais aberto e competitivo, mostrando às empresas que devem preocupar-se com os impactos que estão causando ao meio ambiente, implementando práticas sustentáveis de gerenciamento. Os sistemas de gestão ambiental vêm se tornando aliado das organizações que buscam manter seus processos, aspectos e impacto ambiental sob controle.

Essa pesquisa foi realizada com o interesse de obter respostas da gestão ambiental sobre a melhor forma de gerenciar os seus bens e os bens naturais de

maneira sustentável, utilizando instrumentos que satisfaçam as necessidades das gerações presentes e não prejudicando as necessidades das gerações futuras. Com o desenvolver desse projeto o problema a ser respondido é: o que a alta administração da gestão ambiental empresarial deve fazer para gerenciar de modo que o meio ambiente seja explorado sustentavelmente?

Foram utilizadas técnicas de pesquisas bibliográficas, abordando como temática a Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável, tendo como fonte de consulta, materiais já elaborados como livros e artigos científicos, publicados em revistas e outros periódicos.

Sendo um assunto bastante recente, foi levantado breve comentário sobre meio ambiente e seus conceitos, para se ter uma maior compreensão da relevância da preservação do meio ambiente que tem papel importante, não só para o crescimento econômico do País, mas também para o crescimento da humanidade.

2 INTRODUÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Barbieri (2004, p. 2) afirma que, “a palavra ambiente vem do latim e o prefixo ambi dá a idéia de “ambos os lados”. Cabe notar que a palavra meio e ambiente trazem a idéia de entorno e envoltório, de modo que a expressão meio ambiente encerra uma redundância”.

Partindo da questão ambiental, ou seja, de que todos devem assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento, preservando e preocupando-se com o meio ambiente, protegendo o meio onde vive.

Para D’Isep (2004, p. 56) “a proteção da vida digna, a obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, assim como o ônus de conciliar o desenvolvimento econômico e social com a conservação da natureza”.

D’Isep (2004, p. 60) O conceito de meio ambiente segunda a lei federal 6.938/81, no seu art. 3. Inciso I, “É o conjunto de condições, leis, influencias e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

De acordo com D’Isep (2004, p. 60):

Esse é um conceito legal de meio ambiente, partindo para um conceito doutrinário tem-se o meio ambiente, como “{...} a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”.

Para os dois conceitos, observa-se a preocupação de preservar e proteger o meio ambiente, devido à necessidade de um desenvolvimento responsável da economia, não se preocupando somente em obter lucros, mas vendo que os recursos naturais não são infinitos, que um dia podem acabar, precisando assim ser preservado.

Ainda segundo D’Isep (2004, p. 60), pode-se classificar o meio ambiente em quatro aspectos:

Meio ambiente natural ou físico: constituído pelos recursos naturais, como a água, o solo, o ar atmosférico, a fauna e a flora;
Meio ambiente artificial: constituído pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações (espaço urbano

fechado) e dos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral: espaço urbano aberto);

Meio ambiente cultural: constitui pelas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

Meio ambiente do trabalho: apesar de incluso ao meio ambiente artificial, merece destaque, devido o seu caráter relevante, pois é nele que o trabalhador despende maior parte do seu tempo. É formado por um complexo de bens imóveis e móveis de uma empresa e de uma sociedade, objeto de direitos subjetivos privados, e de direitos invioláveis da saúde e da integridade física dos trabalhadores, que o freqüentam.

Com essas classificações, pode-se chegar a uma definição ampla de meio ambiente, observando seus vários aspectos.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 34), definem meio ambiente “como o conjunto de elementos bióticos (organismos vivos) e abióticos (energia solar, solo, água e ar) que integram a camada da terra chamada biosfera, sustentáculo e lar dos seres vivos”.

De acordo com Barbieri (2004, p. 2):

O que envolve os seres vivos e as coisas ou o que está ao seu redor é o planeta terra com todos os seus elementos, tanto os naturais quanto os alterados e constituídos pelos seres humanos. Assim, por meio ambiente se entende o ambiente natural e o artificial, isto é, o ambiente físico e biológico originais e o que foi alterado, destruído e construído pelos seres humano, como as áreas urbanas, industriais e rurais. Esses elementos condicionam a existência dos seres vivos, podendo-se dizer, portanto, que o meio ambiente não é apenas o espaço onde os seres vivos existem ou podem existir, mas a própria condição para a existência de vida na terra.

O conceito de Barbieri mostra que tudo que envolve ou cerca os seres vivos é o meio ambiente. É onde vivem por isso devem preservar, pois dependem desse meio para sobreviver.

O homem tem a capacidade de dominar a natureza para seu benefício. No momento em que ele aprendeu a controlar o fogo e desenvolveu a agricultura, deixou de ser um membro do meio para ser um agente, tendo a capacidade de alterar a dinâmica do meio ambiente para maximizar o seu bem-estar.

Ecologia e empresa eram considerados dois conceitos e realidades diferentes. A ecologia é parte da biologia que estuda a relação entre os organismos vivos e seu ambiente. Dessa forma, a ecologia é entendida como uma ciência

específica dos naturalistas, distanciada da visão da Ciência Econômica e Empresarial. Para a empresa, o meio ambiente que estuda a ecologia constitui o suporte físico que fornece a empresa os recursos necessários para desenvolver sua atividade produtiva e o receptor de resíduos que se geram.

As empresas passaram a ver o meio ambiente não só como um suporte físico, que é quem fornece os recursos para o seu desenvolvimento. Passaram a ver que o ambiente natural é o lugar que deve ser explorado com responsabilidade, pois além de fornecer recurso para a empresa, também fornece recurso para todos os seres vivos.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1 Definindo Desenvolvimento Sustentável

O elevado estágio de degradação ambiental, comprova a necessidade da adoção de uma postura "pró meio ambiente", desenvolvendo estudos criativos de métodos de proteção ambiental. (D'LSEP, 2004).

Para se promover qualidade de vida é preciso ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo um bem-estar econômico, pois a sociedade é tipicamente uma sociedade de consumo. O desenvolvimento econômico foi uma das maiores causas da crise ambiental, mais especificamente a atividade industrial. (D'LSEP, 2004).

A noção de desenvolvimento sustentável foi criada a partir da conferência de Estocolmo/72. Ganhou força nos trabalhos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), dando origem à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

O Brasil passou a reconhecer a importância de se desenvolver sustentavelmente a partir de 1992, com a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro, assumiu a idéia de sustentabilidade em qualquer programa ou atividade de desenvolvimento. (D'LSEP, 2004).

O desenvolvimento do País deve ser de maneira sustentável e responsável, promovido de tal forma que garanta as necessidades das gerações presentes e as futuras, pois desenvolver não é só pensar em crescimento econômico, é pensar também no crescimento humano que é o verdadeiro responsável pelas ações do desenvolvimento.

A principal característica do ecodesenvolvimento é a busca contínua e efetiva de conciliação entre o desenvolvimento, a preservação ecológica e a qualidade de vida do homem. É importante que se atente para idéia de continuidade implícita na noção de desenvolvimento sustentável. (D'LSEP, 2004).

Segundo Seiffert (2005, p. 20) :

a expressão desenvolvimento sustentável estabelece que o atendimento às necessidades do presente não deve comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas. Essa se tornou uma espécie de “palavra de ordem” após a publicação do relatório Brundtland, intitulado “Nosso futuro comum”, em abril de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas.

Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 134), desenvolvimento sustentável tem dois conceitos-chave: de “necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade”; e “a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras”.

Destacando as palavras desenvolvimento e sustentável, pode-se chegar aos seguintes conceitos segundo Seiffert (2005, p. 20-21):

Desenvolvimento - significa um estágio econômico, social e político de determinada comunidade, o qual é caracterizado por altos índices de rendimentos dos fatores de produção, ou seja, pelos recursos naturais, o capital e o trabalho;

Sustentável – possui dois significados; primeiro, estático, que é “impedir que caia, suportar, apoiar, conservar, manter, proteger”, e o segundo significado é dinâmico e positivo: “favorecer, auxiliar, estimular, incitar e instigar”.

Com isso pode-se observar que a economia e o meio ambiente estão ligados, pois são partes integrantes e dispersas no mesmo todo, seja porque este é fonte de recurso para aquela, ou ainda porque o meio ambiente é a integração e interação dos seres vivos com seu meio, e a economia é a maneira, a forma, o instrumento com o qual o homem interage com o seu meio. (D’LSEP, 2004).

O desenvolvimento sustentável é como uma dimensão ética e política que considera o desenvolvimento como processo de mudança social, com conseqüente democratização do acesso aos recursos naturais e distribuição eqüitativa dos custos e benefícios do desenvolvimento. (TINOCO E KRAEMER, 2004)

Tinoco e Kraemer (2004, p. 136. Sachs, apud Campos,2001) apresentam cinco dimensões do que se pode chamar desenvolvimento sustentável:

sustentabilidade social: que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;

sustentabilidade econômica: que deve ser alcançada através do gerenciamento e da alocação mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados;

sustentabilidade ecológica: que pode ser alcançada através do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição, através da conservação de energia, de recursos e da reciclagem;

sustentabilidade espacial: que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;

sustentabilidade cultural: incluindo a procura por raízes endógenas de processo de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Desenvolvimento sustentável apresenta pontos básicos que devem considerar, de maneira harmônica, o crescimento econômico, maior percepção com os resultados sociais decorrentes e equilíbrio ecológico na utilização dos recursos naturais. (MEYER, 2000).

Seiffert (2005, p. 22) mostra os elementos comuns à maioria das definições de desenvolvimento sustentável, que são:

igualdade – todos os povos devem ter acesso à possibilidade de melhorar seu bem-estar econômico, tanto suas gerações presentes quanto futuras;

administração responsável – os processos produtivos e financeiros devem ser responsáveis com relação àquilo que é objeto de suas ações, sendo elaborados de forma a causar o menor prejuízo ambiental;

limites – o desenvolvimento deve ser encaminhado dentro dos limites tanto dos recursos naturais não renováveis quanto da intervenção tolerável do ser humano sobre os ecossistemas;

comunidade global – não há fronteira nacional ou geográficas para os prejuízos ambientais, somente ações e cooperação internacional possibilitam separar prejuízos já causados e assegurar um desenvolvimento seguro no futuro;

natureza sistêmica – o desenvolvimento deve considerar os relacionamentos entre ecossistemas naturais e as atividades humanas.

A busca por desenvolvimento sustentável requer a conscientização de todos, a responsabilidade principalmente por parte das empresas que são as que mais exploram o meio ambiente e buscam a obtenção de lucro, desprezando o social. Deve haver consciência na realização de suas atividades, preservando o bem comum a todos, a natureza.

3.2 A BUSCA POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável dá idéia de integração e interação, pois propõe nova maneira de olhar e transformar o mundo, pelo dialogo entre saberes e conhecimentos diversos. Não se pode pensar em atividade econômica separadamente, pois tudo está inter-relacionado, em permanente diálogo. Esse desenvolvimento deve ter alto nível de conscientização e de participação, tanto do governo e da iniciativa privada como da sociedade. (ALMEIDA, 2002)

Com a realização de vários fóruns, resultou o surgimento de documentos relacionado à questão do desenvolvimento sustentável. Uma dessas é a Agenda 21, um documento assinado por 179 países com o objetivo de realizar o desenvolvimento e compromisso ambiental responsável e a Carta da Terra (Declaração do Rio), resultado da Conferência sobre Meio Ambiente e desenvolvimento (ECO-92):

A agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de qualquer coisa, dos governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o Sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública é o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados. (AGENDA 21 1996, p. 9).

A Declaração do Rio visava estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento. (Declaração do Rio, 1992).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMN) criaram um grupo de trabalho intergovernamental que se encarregou de preparar as negociações. Foi firmada entre 155 países a Convenção, denominada Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, na Conferência das Nações Unidas sobre o

Meio Ambiente e desenvolvimento em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida como a “Cúpula da Terra”. Preocupados com o crescimento das atividades humanas que estão aumentando substancialmente as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa, evidenciando mudanças do clima em nível mundial.

Numa reunião realizada na cidade de Kyoto, em 1997, representantes de vários países participaram de um evento onde foi estabelecida a criação da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas, sendo aprovado documento denominado Protocolo de Kyoto, no qual os países se comprometeram a reduzir, até 2012, suas emissões de gases que contribuem para o aquecimento global em 5,2%.

Com as conferências realizadas entre os países, pôde-se chegar a uma idéia de como desenvolver de maneira sustentável. Cada país deve se responsabilizar com seu desenvolvimento, buscar ser o mais responsável com o meio ambiente, não prejudicar a geração presente e nem a geração futura.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GESTÃO EMPRESARIAL

As empresas têm papel fundamental na efetivação do desenvolvimento sustentável. São as maiores responsáveis pela devastação do meio ambiente. Por esse motivo deverão ser exemplo, sendo imposto a elas várias medidas de controle como a legislação de preservação ao ambiente.

Para D'Ísep (2004, p. 42):

Uma gestão empresarial que se preze, isto é, que faz jus às características econômicas, deve-se adequar à legislação ambiental e, se possível, dela extrair a lucratividade, que, numa versão capitalista, será “socializado os custos e privatizado o lucro”. Não se pretende dizer que a empresa não deva obter lucro e se tornar social, mesmo porque, ao obtê-lo, ela já exerce um papel social, pois garante a sua sobrevivência (e, conseqüentemente, garante empregos, hoje o maior desafio do sistema capitalista). Tampouco pretendemos externar que ela deva socializar os prejuízos.

As empresas estão Sujeitas à atividade econômica e têm a característica de obter lucro, caráter individual e desenvolvem também papel social, busca não satisfazer só os seus interesses.

Com a globalização e a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável, as empresas viram-se pressionadas a se adaptar às novas exigências do mercado mundial. Antes, só tomavam atitudes economicamente corretas quando eram obrigadas pela legislação ambiental. Atualmente, são muito mais responsáveis, pois a legislação, a população e o governo estão buscando mais responsabilidade por parte delas ao meio ambiente.

Os comportamentos por parte das empresas relacionadas ao meio ambiente passaram a ser mais interessante. As estratégias empresariais passaram a considerar o meio ambiente, com a implementação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Com isso, pode-se controlar eficientemente os impactos ambientais de todo o seu processo de produção, desde a escolha da matéria-prima até o destino final do produto e dos resíduos líquidos, sólidos e gasosos, levando a empresa a operar da forma mais sustentável possível.

A gestão será ambiental, quando levar em consideração o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, buscar, tanto na tomada de decisão quanto no processo produtivo, melhorar no desempenho, minimizar os efeitos desses impactos. (D´LSEP, 2004)

As empresas, além de adotarem legislação ambiental, são pressionadas pelo mercado, a concorrência, os consumidores, acionistas, agentes financeiros, os custos elevados (como água e energia), direcionando-as a adotarem gestão ambiental responsável. Foi criado pela empresa um modelo de gestão ambiental que satisfizesse o interesse de todos, tanto dela quanto da população, buscar preservar o meio, combater os gastos e garantir a lucratividade ambiental.

D´lsep (2004, p. 45) “a gestão ambiental é um instrumento privado que refletem sem sombra de dúvidas o escopo do ecodesenvolvimento. Meio ambiente e lucro não são, necessariamente, fatores excludentes, ao revés, podem se tornar um somatório”.

Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 130) “os avanços ocorridos na área ambiental quanto aos instrumentos técnicos, políticos e legais, principais atributos para construção da estrutura de uma política de meio ambiente, são inegáveis e inquestionáveis”.

Os recursos naturais eram tratados como insumos para o processo de produção, principalmente no processo de produção industrial, não se tornando um modelo sustentável. Deve-se ter a consciência de que os recursos naturais são esgotáveis e podem acabar cada vez mais rápido se mal utilizados.

O desenvolvimento da tecnologia deve tender a ser orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação dos países em desenvolvimento. Assim, o processo será atendido como fruto de maior riqueza, maior benefício social equitativo e equilíbrio ecológico. (TINOCO E KRAEMER, 2004).

A busca por um desenvolvimento sustentável fez com que as empresas se preocupassem mais com o meio ambiente e buscarem novo caminho para a gestão ambiental, não só se preocupando em obter lucro, mas também em valorizar os bens naturais, realizar atividades de reciclagem, incentivo à diminuição do consumo, ao controle de resíduos. Buscar formas de sustentabilidade e

responsabilidade na utilização do meio ambiente, minimizando o impacto ambiental e social causado pelas empresas.

Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 131-132):

O gerenciamento ambiental passa a ser um fator estratégico para análise da alta administração das organizações, incluindo uma série de atividades que devem ser administradas, tais como: formular estratégias de administração para o meio ambiente, assegurar a conformidade com as leis ambientais, implementar programas de prevenção à poluição, gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente, adequar os produtos às especificações ecológicas, monitorar o programa ambiental da empresa.

As empresas estão buscando visão mais social de se obter os seus lucros, com isso atingirem a excelência ambiental, pois os bens de consumo utilizados por elas devem ser utilizados de maneira responsável. A população está mais consciente em relação à preservação do meio ambiente e estão cobrando mais das empresas mudanças em relação à preservação dos bens naturais.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 132) apontam os dez passos necessários para a excelência ambiental que são as seguintes:

- 1 – Desenvolva e publique uma política ambiental.
- 2 – Estabeleça metas e continue a avaliar os ganhos.
- 3 – Defina claramente as responsabilidades ambientais de cada uma das áreas e do pessoal administrativo (linha de assessoria).
- 4 – Divulgue interna e externamente a política, os objetivos e metas e as responsabilidades.
- 5 – Obtenha recursos adequados.
- 6 – Eduque e treine seu pessoal e informe os consumidores e a comunidade.
- 7 – Acompanhe a situação ambiental da empresa e faça auditorias e relatórios.
- 8 – Acompanhe a evolução da discussão sobre a questão ambiental.
- 9 – Contribua para os programas ambientais da comunidade e invista em pesquisas e desenvolvimento aplicados à área ambiental.
- 10 – Ajude a conciliar os diferentes interesses existentes entre todos os envolvidos: empresas, consumidores, comunidade, acionistas etc.

As empresas ao considerarem as questões ambientais, ficam em dúvida em como vão desenvolver as atividades para conquistar a excelência, sem prejudicar o meio ambiente. A primeira idéia que vem é aumento das despesas e o acréscimo dos custos do processo de produção.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 132-133) mencionam que algumas empresas têm demonstrado que é possível ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente mesmo, não sendo organização que atua no chamado “mercado verde”, desde que possua certa dose de criatividade e condições internas que possam transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios.

A administração ambiental está associada à idéia de resolver os problemas ambientais em benefício da empresa. Ela carece de dimensão ética, e suas principais motivações são a observância das leis e a melhoria da imagem da empresa. Já o gerenciamento ecológico é motivado por uma ética ecológica e por uma preocupação com o bem-estar das futuras gerações. Seu ponto de partida é a mudança de valores na cultura empresarial. (CALLENBACH, 1993).

As empresas são as principais consumidoras dos recursos naturais do planeta, por isso devem pensar em seu modo de atuação, sendo mais sustentável em seu desenvolvimento. Mas todas as áreas do pensamento e da ação humana são responsáveis por um desenvolvimento sustentável.

O retorno do investimento, antes entendido simplesmente como lucro e enriquecimento de seus acionistas, passa, fundamentalmente, pela contribuição e criação de um mundo sustentável. (DONAIRE, 1999)

O gerenciamento ambiental por parte das empresas passa a ser fator estratégico, em busca de mudanças para alcançar o desenvolvimento econômico e social de maneira responsável.

A busca por uma postura ambientalmente por parte das empresas é necessária, pois já não se pode mais deixar de lado a questão ambiental, devem ser sanadas todas as irregularidades encontradas e realizar um desenvolvimento sustentável. Pode-se encontrar varias irregularidades ainda praticadas. Em Brasília, as Usinas Nucleares é um exemplo disso:

No jornal Correio Brasiliense (19 de março de 2006) foi publicado uma matéria que diz:

Um grupo de Deputados de Meio ambiente da câmara concluiu um relatório apontando problemas graves da Comissão na área nuclear. Segundo o documento, a usina de Angra II e a mina de beneficiamento de urânio em Caetité (BA) funcionam com licenças concedidas de forma irregular. Diz ainda que há oito depósitos de rejeitos radioativos e cerca de mil fontes de radiação sem controles espalhados pelo país. Um dos problemas mais graves encontrados

pelos parlamentares é a forma como o governo fiscaliza e licencia as atividades nucleares. O grupo descobriu que só há um depósito definitivo de rejeitos nucleares no país, e outros oito funcionam sem licenciamento. Esse tipo de material tem potencial para contaminar pessoas e provocar câncer.

5 MUDANÇA NO AMBIENTE DOS NEGÓCIOS

Para Donaire (1995, p. 13):

Nas últimas décadas tem ocorrido uma mudança grande no ambiente em que as empresas operam: as empresas que eram vistas apenas como instituições econômicas com responsabilidades referentes a resolver os problemas econômicos fundamentais (o que produzir, como produzir e para quem produzir) tem presenciado o surgimento de novos papéis que devem ser desempenhados, como resultado das alterações no ambiente em que operam.

Essas mudanças, apesar do visível sucesso obtido pelo sistema capitalista, em consequência de eficiente combinação de ciência e tecnologia e de eficaz administração dos recursos, quando confrontar seus resultados econômicos e monetários com outros resultados sociais, como redução da pobreza, degradação de áreas urbanas, controle da poluição, diminuição das iniquidades sociais, entre outros. Verifica-se que ainda há muito a ser conseguido e que o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) não é medida adequada para avaliar a performance social. (DONAIRE, 1995)

Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, as empresas passaram a perceber que não basta produzir para obter lucro. É preciso também se preocupar com a população. Surgiram pressões da sociedade, como movimentos sociais reivindicatórios que resultaram em novas leis e regulamentações e acabaram provocando mudanças por parte das empresas, afetando o ambiente social e político.

Observando duas visões, uma tradicional e outra mais moderna, a visão tradicional da empresa como instituição apenas econômica, sua responsabilidade consubstancia-se na busca da maximização dos lucros e na minimização dos custos. Os aspectos sociais e políticos que influenciam o ambiente dos negócios não são considerados variáveis significativas e relevantes na tomada de decisões, e as repercussões que as decisões internas acarretam são pouco significativas para as empresas. (DONAIRE, 1995)

Para Donaire (1995, p. 16):

A visão moderna da empresa em relação a seu ambiente é muito mais complexa, pois ela é vista como uma instituição sociopolítica. A linha de demarcação entre empresa e seu ambiente é vaga e

ambígua. Não há consenso de quais seriam as verdadeiras responsabilidades sociais de uma empresa. Muitos conceitos sociais, que eram comuns nas décadas de 60 e 70, foram reformulados nos últimos anos e deram origem a novas regulamentações e leis emanadas do poder público. Este estado de coisas tem tornado o atual ambiente dos negócios imprevisível e mutável.

Para a visão tradicional, o que importa são os aspectos econômicos. O funcionamento da empresa não se preocupa com o contexto sociopolítico. Já na visão moderna, a valorização é com os aspectos sociais e preocupação com a sociedade.

6 GESTÃO AMBIENTAL

6.1 Gestão Ambiental: Um Novo Paradigma

As empresas, por terem política de crescimento a obtenção de lucro, não devem se preocupar somente com o seu patrimônio, mas também com o entorno ecológico. Na área da indústria, as empresas são as maiores responsáveis por ultrapassar os limites de resíduos que poluem o ambiente, por isso necessitam dar maior importância para a gestão ambiental, instrumento adotado por elas para minimizar os problemas causados ao meio ambiente.

Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 109), “gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidade, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental.”

Isso faz com que as empresas minimizem ou elimine os efeitos negativos provocados no ambiente ao iniciar as suas atividades.

Para Seiffert (2005, p. 23, ARORA e GANGIPADHYAY, 1995):

O surgimento de novas normas, assim como a crescente busca por parte das empresas de uma imagem ambientalmente mais adequada, vem sendo introduzido por uma mudança de hábitos de consumo, patrocinada pelo crescimento da preocupação ambiental, a qual repercute negativamente na compra de produtos. A mudança de hábito do consumidor representa uma questão-chave na construção de um elemento objetivo que despertou nas organizações o interesse pela gestão ambiental.

Ao aplicar o sistema de gestão ambiental, as empresas estão se integrando a uma política de responsabilidade ambiental, desenvolvendo atividades que minimizam ou eliminam o impacto ambiental causado por elas ao meio ambiente no desenvolvimento de suas atividades. As empresas estão elaborando produtos voltados ao consumidor e se preocupando com o que pensam, pois estão mais conscientes e mudando os seus hábitos de consumo, elaborando produtos voltados a eles.

A gestão do meio ambiente não deve ser vista como problema adicional para as empresas, mas essencial para seu desenvolvimento e sobrevivência. (VALLE, 2002).

Com os conceitos de Garantia da Qualidade e Responsabilidade Social, a gestão ambiental passou a ocupar uma posição de destaque entre essas funções organizacionais, não somente pela contribuição positiva que agrega à imagem da empresa, mas também pelos efeitos danosos que um mau desempenho ambiental pode causar a sua imagem. (VALLE, 2002).

Tinoco e Kraemer (2004, p. 120), apontam os benefícios da gestão ambiental a organização, proporcionada por um sistema de gestão ambiental e Normas Ambientais, que facilitam o gerenciamento, seguir:

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

Economia de Custos

Redução do consumo de água, energia e outros insumos.
Reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos, e diminuição de efluentes.

Redução de multas e penalidades por poluição

Incremento de Receita

Aumento da contribuição marginal de “produtos verdes”, que podem ser vendidos a preços mais altos.

Aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor concorrência.

Linhas de novos produtos para novos mercados.

Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.

BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS

Melhoria da imagem institucional.

Renovação da carteira de produtos.

Aumento da produtividade.

Alto comprometimento do pessoal.

Melhoria nas relações de trabalho.

Melhoria da criatividade para novos desafios.

Melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas.

Acesso assegurado ao mercado externo.

Melhor adequação aos padrões ambientais.

A implantação desses benefícios, facilita o processo de gerenciamento e melhora a estratégia da organização.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 111), dividiram a gestão ambiental em quatro níveis que são:

gestão de processos: envolve a avaliação da qualidade ambiental de todas as atividades, máquinas e equipamentos relacionados a todos os tipos de manejo de insumos, matérias-primas, recursos humanos, recursos logísticos, tecnologias e serviços de terceiros;

gestão de resultados: envolve a avaliação da qualidade ambiental dos processos de produção, através de seus efeitos ou resultados ambientais, ou seja, emissões gasosas, efluentes líquidos, resíduos sólidos, particulados, odores, ruídos, vibrações e iluminação;

gestão de sustentabilidade (ambiental): envolve a avaliação da capacidade de resposta do ambiente aos resultados dos processos produtivos que nele são realizados e que o afetam, através da monitoração sistemática da qualidade do ar, da água, do solo, da flora, da fauna e do ser humano;

gestão do plano ambiental: envolve a avaliação sistemática e permanente de todos os elementos constituintes do plano de gestão ambiental elaborado e implementado, aferindo-o e adequando-o em função do desempenho ambiental alcançado pela organização.

A melhora da qualidade ambiental e o processo decisório vêm dos instrumentos de gestão ambiental. São aplicados a todas as fases dos negócios, sendo preventivos, corretivos, de remediação e proativo, dependendo da fase em que se encontram. (TINOCO e KRAEMER, 2004).

7 PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

7.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

De acordo com Seiffert (2005, p. 30. TIBOR e FELDMAN, 1996):

a evolução das iniciativas ambientais nas organizações trouxe a necessidade de a gestão ambiental ser tratada enquanto sistema. Um Sistema de Gestão Ambiental-14001 tem entre seus elementos integrantes uma política ambiental, o estabelecimento de objetivos e metas, o monitoramento e medição de sua eficácia, a correção de problemas associados à implantação do sistema, além de sua análise e revisão como forma de aperfeiçoá-lo, melhorando dessa forma o desempenho ambiental geral.

A idéia de aperfeiçoamento é centrada pela questão ambiental em sua abordagem sistêmica, tendo-se em mente a complexidade em que se encontra inserida, o que ocasiona a adaptação aos novos elementos que surgem. O sistema de gestão ambiental apresenta-se como um processo estruturado que possibilita a melhoria contínua, num ritmo estabelecido pela organização de acordo com suas circunstâncias, inclusive econômicas. (SEIFFERT, 2005).

Barbieri (2004, p. 137) diz que “sistema de gestão ambiental é um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas para abordar os problemas ambientais atuais ou para evitar o seu surgimento”.

Sistema de gestão ambiental constitui instrumento de gestão que possibilita a organização de qualquer dimensão ou tipo controlar o impacto de suas atividades no ambiente. (TINOCO e KRAEMER, 2004).

Os principais benefícios da norma ambiental ISO 14001 para a Gestão Ambiental, são:

- Demonstração para clientes, acionistas, empregados, seguradoras, meios de comunicação, autoridades, legisladores e ONGs do compromisso ambiental da empresa, levando à melhoria de sua imagem;
- Existência de mecanismos estruturados para gerenciar aspectos ambientais e para promover melhoria contínua do sistema;
- Acesso à legislação ambiental e suas aplicações;
- Controle mais eficiente das matérias-primas;
- Redução do consumo de energia e recursos naturais;
- Aproveitamento e minimização de resíduos;

Melhoria das relações, proporcionando, inclusive, abertura de novos mercados, em especial os estrangeiros;
Evidência, por entidade independente, da competência ambiental da empresa;
Eliminação de erros que favorecem a crescente evolução da empresa, por meio das auditorias ambientais. (NETO e TOCALINO, 1999).

Ao implantar um sistema de gestão ambiental, as mudanças comportamentais, aprendizado e inovações por parte das organizações são importantes para se chegar a esses benefícios, além de depender da alta administração e de suas gerências.

Para atingir os objetivos de qualidade ambiental, o sistema de gestão ambiental deve estimular as organizações a considerar a adoção de tecnologias disponíveis, levando em consideração a relação custo/benefício das mesmas e as estratégias envolvidas. (SEIFFERT, 2005)

A implantação de SGA não garante resultados excelentes na organização, mas com a utilização de tecnologias adequadas pode alcançar os objetivos implantados dentro de uma empresa, poderá obter melhores resultados com menos recursos em decorrência de ações planejadas e coordenadas.

Um dos objetivos do SGA deve ser o aprimoramento contínuo das atividades da organização, em harmonia com o meio ambiente. A formalização de um SGA constitui um primeiro passo obrigatório para a certificação da empresa nas normas da série ISO 14000, que possibilita incorporar a gestão ambiental na gestão global da organização. (VALLE, 2002)

Os requisitos para que um SGA esteja em conformidade com as normas ISO 14000 se baseiam, além da política ambiental, na existência de módulo de planejamento, implementação e operação dos produtos, verificação dos resultados alcançados, ações corretivas necessárias e análise crítica do sistema pela alta administração. (VALLE, 2002)

Um sistema de gestão ambiental para que seja regularmente aplicado deve seguir sempre as normas do sistema de qualidade, ISO 14000, está em conformidade com a política ambiental, planejamentos, análises críticas do sistema e outros.

Segundo Valle (2002, p. 73), “A operacionalização do SGA é feita por meio de Programas de Gestão Ambiental, que são instrumentos gerenciais dinâmicos e sistêmicos, com metas ambientais e objetivas a serem alcançados em intervalos de tempo definidos”.

Para Valle (2002, p. 73), “o Programa de Gestão Ambiental estabelece as ações preventivas e corretivas, identificadas pelas inspeções e auditorias, e se elabora o replanejamento de ações que assegurem padrões de qualidade ambiental compatível com a política ambiental da empresa”.

Para Barbieri (2004, p. 151), Os requisitos gerais do sistema de gestão ambiental de acordo com a seção 4 da norma ISO 14.001: 1996 são:

Política ambiental: é o primeiro passo a dar por parte de uma organização ao implantar um SGA, expondo suas intenções e seus princípios em relação a seu desempenho ambiental, que provê uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e suas metas ambientais.

Planejamento: o sucesso de um bom SGA é a implantação de um bom planejamento identificando aspectos ambientais e avaliando seu impacto no meio ambiente.

Implementação: para garantir a sua aplicação às regras, responsabilidades e autoridades, devem esta definida, documentada e comunicada a todos os níveis hierárquicos da organização.

Verificação e ações corretivas: a organização deve definir, estabelecer e manter procedimentos de controle e medida das características-chave de seus processos que possam ter impacto sobre o meio ambiente. Todos os registros ambientais, incluindo os respeitantes às formações e auditorias, devem estar identificáveis e acessíveis.

Revisão pela direção: cabe à direção, com uma freqüência definida por ela própria, rever o SGA e avaliar sua adequabilidade e eficácia, num processo que deverá ser devidamente documentado.

Com esses requisitos, toda a organização de uma empresa estará devidamente adaptada ao sistema de qualidade ISO 14.000 e assim procederá de maneira responsável para desenvolver suas atividades, analisar, avaliar e verificar a proporção do impacto que poderá causar ao meio ambiente.

A questão deixa de ser assunto exclusivo de um departamento e torna-se parte integrante da atividade de cada membro da empresa, desde a alta administração até os operacionais. (TINOCO e KRAEMER, 2004).

7.2 Política Ambiental

Para Valle (2002, p. 70):

a política ambiental é uma forma de a organização explicitar seus princípios de respeito ao meio ambiente e sua contribuição para a solução racional dos problemas ambientais. Ela deve fazer parte do planejamento estratégico da empresa e da elaboração de seus planos de marketing. A política ambiental não deve ser encarada como mera formalidade para atender ao texto da norma, mas sim como uma ferramenta importante para o sucesso da empresa que, além de cumprir a lei, deseja firmar sua boa imagem.

Segundo Barbieri (2004, p. 153), “a política ambiental é uma declaração da organização expondo suas intenções e seus princípios em relação a seu desempenho ambiental global, que provê uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e suas metas ambientais”.

A política ambiental busca estratégia para um bom relacionamento com os seus clientes, fornecedores e principalmente com a natureza, deve fazer parte do planejamento estratégico e ter plano de marketing adequado, contribuir para solucionar os problemas ambientais.

Valle (2002, p. 71) divide alguns compromissos da política ambiental ao estruturar seu SGA que são:

- manter um sistema ambiental que assegure que suas atividades atendam à legislação vigente e aos padrões estabelecidos pela organização;
- estabelecer e manter um diálogo permanente com seus colaboradores e a comunidade, visando ao aperfeiçoamento de ações ambientais conjuntas;
- educar e treinar seus colaboradores para que atuam sempre de forma ambientalmente correta;
- exigir de seus fornecedores produtos e componentes com qualidade ambiental compatível com a de seus próprios produtos;
- desenvolver pesquisas e patrocinar a adoção de novas tecnologias que diminuam os impactos ambientais e contribuam para a redução do consumo de matérias-primas, água e energia;
- assegurar-se de que seus resíduos são transportados e destinados corretamente e em segurança, de acordo com as boas práticas ambientais, a legislação e as normas aplicáveis.

A apresentação da política ambiental à empresa deve ser de forma compacta, não longa, para facilitar sua divulgação em diferentes meios de

comunicação, pois ela deve tornar-se conhecida, compreendida e lembrada pelos membros da organização e de grupos interessados. (BARBIERI, 2004).

A alta administração da empresa deve definir a política ambiental assegurando que:

- seja apropriada à natureza, à escala e aos impactos ambientais de suas atividades, produtos e serviços;
- inclua o comprometimento com a melhoria e com a prevenção da poluição;
- inclua o comprometimento com o atendimento à legislação, às normas ambientais aplicáveis e com os demais requisitos subscritos pela organização;
- forneça a estrutura para o estabelecimento e a revisão de objetivos e metas ambientais;
- seja documentada, implementada, mantida e comunicada a todos os empregados; e
- esteja disponível para o público.

A alta administração tem papel muito importante para a empresa, sendo responsável pelo comprometimento com a preservação do meio ambiente e de fornecer informações.

7.3 Auditoria Ambiental

Segundo Barbieri (2004, p. 189), “A auditoria ambiental buscava basicamente assegurar a adequação das empresas às leis ambientais dentro de uma postura defensiva, ou seja, procura identificar possíveis problemas relacionados à legislação ambiental.”

Para Barbieri (2004, p. 189-190):

Com o tempo, outras condições foram sendo acrescentadas e, com isso, a expressão auditoria ambiental tornou-se bastante elástica, podendo significar uma diversidade de atividades de caráter analítico voltado para identificar, averiguar e apurar fatos e problemas ambientais de qualquer magnitude e com diferentes objetivos.

A auditoria ambiental pára de se preocupa apenas com as multas, indenizações, penalidades e outros assuntos contidos nas leis e passa a se preocupar mais com os problemas ambientais existentes, identifica, averigua e apura os fatos existentes.

A auditoria ambiental é instrumento de gestão que permite fazer uma avaliação sistêmica, periódica, documental e objetiva do sistema de gestão e do desempenho dos equipamentos instalados em estabelecimento de uma empresa, fiscaliza e limita o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente. (VALLE, 2002).

O plano de auditoria deve identificar as áreas, as atividades e os processos que serão investigados, envolvendo procedimentos administrativos e operacionais, sistemas de proteção, estrutura empresarial, documentos, relatórios de ocorrências e de desempenho entre outras. O objetivo básico é avaliar o grau de conformidade do estabelecimento com a legislação e a política ambiental da organização, incorporada ao seu sistema de gestão ambiental, se este já estiver implantado. (VALLE, 2002).

7.4 Estudo de Impacto Ambiental (EIA)

Para Barbieri (2004, p. 253), “entende-se por impacto ambiental qualquer mudança no ambiente natural e social decorrente de uma atividade ou de um empreendimento proposto”.

A expressão impacto ambiental teve definição, mais precisa, nos anos 70 e 80, quando se viu a necessidade de estabelecer diretrizes e critérios para avaliar efeitos da humanidade à natureza, por diversos países. (Tinoco E Kraemer, 2004).

A definição de impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas e biológicas do meio ambiente, causada por alguma forma de matéria ou energia e resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam a segurança, a saúde, o bem-estar, as condições estéticas e sanitárias e a qualidade dos recursos ambientais. (VALLE, 2002).

Segundo Barbieri (2004, p. 248), “estudo de impacto ambiental é um instrumento de gestão ambiental aplicável a projetos de empreendimentos e atividades, para identificar e avaliar previamente os impactos e antecipar soluções antes de empatá-los”.

Para controlar e agir sobre os impactos ambientais, é necessário conhecê-lo e estudá-lo, para proceder em conformidade com a legislação ou com a política

ambiental da empresa, podendo ser efetuado estudos em qualquer momento, para produtos, atividades e empreendimentos existentes e propostos.

Para elaborar o Estudo do Impacto Ambiental deverá ser contratado um grupo multidisciplinar de especialistas, independente e habilitado, para analisar os impactos causados pelo empreendimento, sob os diversos aspectos que possam afetar o meio ambiente. (VALLE, 2002).

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 114), “O EIA constituirá o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que explicita todas as conclusões apresentadas. Sendo elaborado de forma objetiva e possível de se compreender, ilustrados por recursos de comunicação visual”.

O estudo de impacto ambiental contrata especialista para que possam identificar os impactos que uma determinada atividade, empreendimento vai causar a natureza ao ser iniciado, busca solucionar problemas ou até cancelar as atividades, caso necessário, desenvolvendo relatório concluindo todo o estudo.

7.5 Norma do ISO 14000

A norma ISO 14000 veio para uniformizar as ações que devem ser tomadas pelas empresas para proteger o meio ambiente. A Organização Internacional para a Normalização (International Organization for Standardization - ISO), foi constituída em 1947, sendo a ABNT um dos seus membros fundadores. Ela trata basicamente da gestão ambiental e não pode ser confundida com nenhuma norma técnica. (Valle, 2002)

Para Valle (2002, p. 133):

A série ISO 14000 constitui, provavelmente, o conjunto de normas mais amplo que já se criou de forma simultânea. Contém, em seu corpo, normas que regulam sua própria utilização e que definem as qualificações daqueles que deverão auditar sua aplicação (Norma ISO 14010 e seguintes – Diretrizes para Auditoria Ambiental – incluindo os critérios de qualificação dos próprios auditores). Propõe-se a normalizar as referências ambientais de outras normas (Guia ISO 64 – Guia para a Inclusão de Aspectos Ambientais em Normas de Produtos). E influenciará a decisão do consumidor final nos pontos-de-venda e nas gôndolas dos supermercados, com o uso de símbolos de conformidade ambiental, estampados nos produtos ou em suas embalagens (Norma ISO 1420 e seguintes – Rotulagem Ambiental).

Essa certificação ambiental internacional cria condições para o êxito da empresa que exporta e disputa sua posição em um mercado globalizado, beneficiando as organizações que são obrigadas a comprovar a adequação de seus produtos e processos aos novos paradigmas ambientais, cumprindo exigências distintas em cada país para onde exportam. (Valle, 2002)

A ISO 14000 protege as organizações responsáveis dos concorrentes que, por não respeitarem as leis e os princípios da conservação ambiental, elas não adquirem alguns custos de seus produtos e serviços, que acaba sendo arcado pela sociedade.

8 CONCLUSÃO

O desenvolvimento de uma empresa não deve ser feito de maneira irresponsável observando apenas os próprios interesses. Preocupando-se somente com o lucro que irão obter e com seu crescimento. devem ter preocupação global, sendo responsável com todo o meio ambiente e desenvolvimento sustentavelmente.

O mercado está cada vez mais competitivo e as empresas estão sendo obrigadas a olhar para tudo que influencia seus negócios, principalmente os impactos que irão causar ao meio ambiente, pois assim estarão se preocupando também com toda a sociedade.

O consumidor está cada vez mais exigente, não só com a qualidade e o preço dos produtos e serviços, mas com todo o processo de produção, e não admite o lançamento de resíduos industriais no ecossistema.

Foi possível identificar, através de conceitos abordados, que empresas que não estão atentas às questões ambientais podem inviabilizar seus negócios, pois serão penalizadas com multas por agressão ao ambiente, perdendo competitividade, comprometendo a imagem da instituição perante toda a sociedade.

A busca por desenvolvimento sustentável é essencial por parte das empresas e deve ser implementada de forma gradual.

Neste trabalho pôde-se observar a influência do desenvolvimento sustentável na gestão ambiental através de conscientização, fóruns, legislações e várias outras medidas que levaram as empresas a preocupar-se com o social, não se preocupando somente com o lucro.

A gestão do meio ambiente não deve ser vista como um problema a mais para uma organização, pois é essencial para seu desenvolvimento, traz novos benefícios à instituição. Exemplo: redução de multas e penalidades por poluição, diminuindo os custos da entidade.

Os principais instrumentos da gestão ambiental são: o sistema de gestão ambiental, a política ambiental, a auditoria ambiental e o estudo de impacto ambiental, esses instrumentos são responsáveis por controlar o impacto de suas atividades no meio ambiente, explicitarem seus princípios ao meio ambiente para

obter boa imagem, identificar problemas ambientais relacionados a multas e estudar as mudanças no ambiente natural e social decorrentes.

O meio ambiente não pode ser visto isoladamente pelas empresas, mas globalmente, pois ele possui bens naturais esgotáveis que satisfazem a todos, não somente à entidade. As entidades estão preocupadas apenas em obter lucro e esquecem de ser mais sociais. Por isso a importância das organizações adequarem à gestão ambiental e se desenvolver de maneira sustentável, praticando assim o bem e conseqüentemente conquistando os seus objetivos.

REFERÊNCIA

A Busca de Estratégias Competitivas Através da Gestão Ambiental, <http://www.gestiopolis.com/recursos3/docs/ger/vencompgesamb.htm>. Acesso em: 10 fevereiro 2006.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 364 p.

A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL, http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/A%20CONTABILIDADE%20COMO%20INSTRUMENTO.pdf. Acesso em: 25 março 2006.

Agenda 21, Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Senado Federal, 1996. 585 p.

BARBIERE, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2004. 328 p.

CALLENBACH, E., et al. **Gerenciamento Ecológico – Eco-Management – Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócio Sustentável**. São Paulo: Cultrix, 1993. 268 p.

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_1389_1_0001.htm. Acesso em: 22 fevereiro 2006.

Contabilidade Ambiental - Relatório para um futuro sustentável, responsável e Transparente , <http://br.monografias.com/trabalhos/contabilidade-ambiental/contabilidade-ambiental.shtml>. Acesso em: 15 fevereiro 2006

Conceito de Desenvolvimento Sustentável, http://www.economiabr.net/economia/3_desenvolvimento_sustentavel_conceito.html. Acesso em: 10 março 2006

D'LSEP, Clarissa Ferreira Macedo. **Direito ambiental econômico e a ISO 14000**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2004. 186 p.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas 1999. 169 p.

Desenvolvimento Sustentável: o Desafio da Presente Geração, <http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm>. Acesso em: 15 março 2006.

Gestão Ambiental: um Enfoque no Desenvolvimento Sustentável, http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/des_sustentavel.html. Acesso em: 05 março 2006.

Ribeiro, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005. 220 p.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 sistema de gestão ambiental**. São Paulo: Atlas. 2005. 258 p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004. 303 p.

VALLE, Cury Eyer do. **Qualidade ambiental ISO 14000**. 4. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002. 193 p.